

2

O Comunitarismo Cultural como Forma de Aproximação

O período colonial deu origem a vários movimentos, destacando-se entre eles o multiculturalismo. Esse termo, segundo Banks¹¹, reflete uma variedade de significados e de interesses e abre amplo campo que remete a problemas de natureza diversa. Trata-se de uma categoria capaz de abarcar temas como o das minorias, seja de gênero ou de etnia, como também, educacionais. Neste caso, interessa pensar as relações futuras entre os povos falantes da língua portuguesa nos campos cultural e literário, enfatizando as relações entre Portugal e Angola.

A ênfase na ótica cultural não significa o abandono das opressões econômica e social que compõem o pano de fundo da dinâmica vigente. O sistema capitalista impera, com sua lógica de mercado promotora de desigualdades sociais cada vez mais acirradas. Entretanto, o mundo contemporâneo, em razão da complexidade com que se configurou, exige outras intervenções de análise que extrapolam aquelas que foram pautadas no determinismo econômico de Marx. Poder-se-ia partir da idéia de que certas questões assumiram autonomia em relação à esfera econômica; dentre elas, o aspecto da diversidade cultural, que passa a ser problemática central nas sociedades contemporâneas.

O processo de descolonização efetivado a partir da metade do século XX trouxe à baila movimentos reivindicatórios contra o eurocentrismo. A circulação de pessoas entre a metrópole e a colônia sempre existiu num ritmo tímido; com a descolonização, há uma aceleração desse movimento, acarretando na metrópole a proliferação de uma periferia formada por imigrantes oriundos da ex-colônias. O surgimento dessa população é, em parte, responsável pelo afloramento desta discussão. Na imbricação das lutas dessa periferia por igualdades sociais, o multiculturalismo se fortalece, traduzindo-se num princípio ético orientador das ações dos grupos culturalmente marginalizados.

¹¹ HERNANDEZ, Fernando. Multiculturalismo e reconhecimento das diferenças na escola. *In*: LINHARES, Célia (Org.). **Políticas do conhecimento: velhos contos, novas contas**. Niterói, RJ: Intertexto, 1999, p. 125.

Na presente dissertação, adota-se o conceito de multiculturalismo como um conjunto de políticas estabelecidas a partir de relações contratuais de cidadania com vistas à efetivação de interações democráticas entre diferentes grupos socioculturais num todo social mais amplo. A partir desse ângulo, tornam-se compreensíveis as propostas de novo entendimento entre Portugal e Angola.

O multiculturalismo tem um campo de abrangência distinto do hibridismo: o primeiro funda-se numa ótica política de reivindicações, enquanto o segundo expressa a idéia de que as culturas se fundem formando um terceiro elemento. Nos estudos pós-coloniais, esses termos aparecem em consonância, um remete ao outro. Nestas reflexões, tomam-se os dois conceitos de maneira convergente. Os dois termos permeiam as discussões sobre identidade e nacionalismo, temas que ressurgem com força significativa no contexto pós-colonial. Pensar as identidades pós-coloniais que resultaram de misturas conflitantes exige a retomada desses dois conceitos.

Não é somente com a descolonização que o fenômeno do hibridismo acontece. Peter Burke¹² traça os diversos campos em que esse fenômeno ocorre, discutindo os entroncamentos culturais travados pelas mais diversas culturas, seja na religião, na música, nas artes plásticas e na arquitetura, entre outros. Apresenta uma visão panorâmica do processo, que considera complexo, variado e disputado. Nessa amplitude de olhar, o professor faz referências a situações híbridas que ocorreram no Império Romano, no Renascimento e na contemporaneidade, realçando que o hibridismo não é um acontecimento novo. O elemento responsável pela tônica inovadora desse conceito estaria na escala desses encontros e no ritmo veloz com que acontecem as mudanças. Burke chama a atenção para o fato de que o termo *hibridismo* aparece com muita frequência nos estudos pós-coloniais, e cita como exemplo Edward Said, escritor norte-americano de origem palestina.

¹² BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2003

A chamada literatura pós-colonial tem explorado situações características da transculturação¹³, que resulta no indivíduo híbrido. Said não responsabiliza o imperialismo, mas demonstra a sua interferência nesse processo:

Em parte devido ao imperialismo, todas as culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo.¹⁴

Essa visão de culturas híbridas é também compartilhada por Stuart Hall, ao estudar a identidade cultural na pós-modernidade. Afirma Hall: “As nações modernas são, todas, híbridos culturais.”¹⁵ Os dois autores confirmam que não há cultura que não tenha sofrido a influência de outra. Dessa forma, a idéia de cultura pura é uma utopia.

Antes da colonização da África, os povos que lá habitavam já vivenciavam a diversidade cultural, senão no sentido pleno, pelo menos no que concerne à linguagem. Os movimentos migratórios que ocorreram no continente foram, em parte, responsáveis pela mescla de diferentes culturas africanas. Assim, não se pode afirmar que o colonialismo instituiu o hibridismo. Há, todavia, diferença bastante significativa entre o processo de hibridização ocorrido pelo fluxo migratório entre africanos e o que foi imposto, por exemplo, pelos portugueses.

O regime colonial jamais comungou com a idéia de múltiplo. O princípio do Império aproxima-se de uma lógica monocultural, na qual a cultura do colonizador, por ser considerada superior, seria preponderante à do povo colonizado, que, por isso, deveria ser descartada, como *inculta* ou *bárbara*. Entretanto, por mais que se imponha uma cultura, não há como se apagar as manifestações produzidas pelo homem na sua relação com a natureza, pois é nela que se estabelecem suas crenças e suas tradições. Embora contrária à diretriz do regime colonial, a diversidade cultural existia e existe, mesmo ignorada pelo discurso de homogeneidade propagado pelo colonizador. Essa diversidade cultural, sufocada pelo colonizador, reascende ao primeiro plano nos estudos pós-

¹³ Termo empregado pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz em substituição à noção de *aculturação*. *Transculturação* aproxima-se da idéia de reciprocidade, e não de assimilação, como no termo *aculturação* (BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**, *cit.*, p. 44).

¹⁴ SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 28.

¹⁵ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 62.

coloniais, revestindo-se de um olhar reivindicatório, libertário e progressista que termina por desembocar nos estudos multiculturais.

A fim de se compreender melhor a ênfase dada ao multiculturalismo pelos movimentos reivindicatórios que surgem pós-independência, é interessante traçar os fatos históricos que contribuíram para a desestruturação da ordenação imperialista do mundo. O fim da Segunda Guerra Mundial constituiu o marco inicial dos deslocamentos políticos que não apenas abalaram os países imperialistas europeus como também delinearam uma nova geografia política. A idéia de um Estado Social tornava-se inconciliável com a manutenção de colônias. Tendo por base os novos princípios que passavam a reger a política dos estados, desencadeava-se o processo de descolonização européia nos continentes africanos e asiáticos. A divisão geopolítica mundial passou a ser definida pelas duas grandes potências que emergiram do pós-guerra e constituíram dois blocos antagônicos, formados por ideais distintos, mas com um objetivo comum: difundir seus sistemas políticos e culturais ao resto do mundo. Esses pólos de poder eram um capitalista e ocidental, representado pelos Estados Unidos, e o outro oriental de viés socialista, liderado pela extinta União Soviética. Ao disputarem a hegemonia política, econômica e militar, findaram por instituir uma guerra não declarada, a Guerra Fria. Naquele momento, havia a crença de que a reordenação do mundo dar-se-ia pelas bases político-militares desses dois países. Com a queda do muro de Berlim, configuração diferente delineou-se. O muro que simbolizou a divisão do mundo em comunistas *versus* capitalistas agora já não estabelece nenhuma fronteira concreta. A partir dessa queda, o novo eixo norteador da organização mundial seria deslocado para o âmbito do econômico-financeiro e tecnológico, no qual grandes blocos econômicos traçariam as diretrizes da reorganização socioterritorial do mundo. Porém, a realidade apresentou-se bem mais complexa do que parecia, e o vazio deixado pela frustração de um comunismo controlador e de um capitalismo libertino apontou para uma aproximação com as tradições através da retomada dos vínculos míticos com o grupo étnico, com as divindades e/ou com o território de origem.

No momento de efervescência política marcado pela derrubada do muro de Berlim, em que os grupos marginalizados buscam a afirmação da cidadania e maior participação na sociedade, novos atores aparecem em cena para denunciar

injustiças, reivindicando direitos e propondo outras estratégias de libertação que não a via revolucionária marxista. No bojo desse anseio libertário estão os movimentos reivindicatórios das minorias, traduzidos nos estudos multiculturais que se consolidam como outra abordagem a privilegiar aspectos culturais, como os traços simbólicos ligados sobretudo à religião, à etnia ou mesmo a códigos lingüísticos.

O desenrolar dos acontecimentos históricos implica uma distensão de fronteiras. A queda do muro de Berlim representa a porosidade das fronteiras territoriais, criando fendas por onde a globalização poderia penetrar nos Estados-Nações. Mediante esse novo desafio territorial, como pensar sobre o futuro de países de língua portuguesa? Como eles poderiam participar da cultura mundial sem, contudo, abrir mão das referências locais?

Para tais reflexões é indispensável recorrer ao pensamento de Benjamin Abdala Júnior. Em dois de seus artigos¹⁶, o professor tece algumas propostas de como o Brasil, Portugal e a África lusófona podem, enquanto países não-hegemônicos, fazer frente à avassaladora americanização do mundo. Utilizando-se da metáfora do mar, sugere a união entre as margens. Essa união, na sua proposta, não seria imposta verticalmente, mas comunitária, por meio de uma política comum que não viesse fortalecer nem perspectivas fundamentalistas, nem perspectivas de ordem mítica.

Embarcando nessa canoa que atravessa o Atlântico, pode-se direcioná-la ao continente africano, pensando nesse comunitarismo cultural possível entre Angola e Portugal, precipitando, como Abdala Júnior diz, “uma laçada que poderíamos igualmente redirecionar^[17] para os países de língua portuguesa”¹⁸.

Caberia então a indagação sobre quais pressupostos essa relação comunitária basear-se-ia. Segundo o professor, a relação estaria “pautada por uma política de reciprocidade e de autodeterminação dos povos”¹⁹, demarcada por uma cooperação multilateral que envolveria variados campos, desde o econômico ao cultural, pensando-se em um aproximação ao comunitarismo da língua e da cultura numa posição contra-hegemônica:

¹⁶ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Apresentação, *cit.*

¹⁷ Ele emprega o termo *redirecionar*, visto que a idéia primeira é entre Brasil e Portugal.

¹⁸ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Apresentação, *cit.*, p. 16.

¹⁹ *Ibid.*, p. 12.

Essa comunidade cultural – já que as migrações internacionais tendem a se diversificarem no âmbito do cosmopolitismo – poderá ser um pólo de agregação, inclusive para além das fronteiras do “outro”, que ainda mantém a hegemonia. A comunidade é também uma forma de contrabalançar as redes de comunicação mundiais e o processo de homogeneização, que se processa o tempo todo em inglês.²⁰

A globalização simbolizada pelas empresas transnacionais interfere nas delimitações territoriais, fazendo com que a idéia de fronteira seja ampliada; entretanto, Abdala Júnior defende essa distensão não pela ótica de mercado, mas através de ajuda política mediada por movimentos supranacionais, como os das ONGs. Essas entidades não têm mandato nem representatividade política, e representam setores politicamente não-hegemônicos. Devido a essas características, funcionam como mediadores entre o lugar onde os problemas ocorrem e o lugar onde politicamente são organizados, numa dissociação territorial capaz de possibilitar cooperação política sem ingerências governamentais, respeitando poderes locais. Nessa perspectiva, Portugal, como país mais próspero do que Angola, pode auxiliá-lo culturalmente sem que seja de maneira autoritária ou paternalista.

Abdala Júnior questiona a globalização perversa constituída na esfera econômica de produção, em que a relação é unilateral, e defende uma globalização de reciprocidade, chamando a atenção para uma postura crítica perante o supranacionalismo que pode levar os Estados-Nações ao provincianismo, conforme ele diz:

Por outro lado, é necessário, na perspectiva de um pensamento crítico, que se considere que essas novas formas de articulação supranacionais podem tornar, mesmo os antigos Estados nacionais, uma espécie de região, mais ou menos provinciana, se não atentarem para as novas formas de comunicação que se impõem. Já não ocorre, nesses Estados mais antigos, a integração de várias regiões, como se podia verificar anteriormente. Dessa forma, debilitam-se antigos vínculos de solidariedade e antigos sentimentos de parentesco, que caracterizam a nação.²¹

Para que países não-hegemônicos, como, no caso, Portugal e Angola, não sejam devorados por países de tendências imperialistas como os Estados Unidos, que disputam a administração do mundo, o *comunitarismo* ou *comparatismo da*

²⁰ *Ibid.*, p. 16.

²¹ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Globalização e identidade, *cit.*, p. 128.

solidariedade surge como um contra-poder, fomentando as agregações supranacionais.

Essa proposta de *comunitarismo* cultural se aproxima do que Hélder Macedo chama de internacionalismo pluricultural²². Segundo ele, no internacionalismo pluricultural partilhado pela mesma língua, os portugueses podem encontrar uma possível saída para a questão:

[...] por maioria de razão os europeizados portugueses não deverão nunca esquecer que, nesta sociedade pós-moderna, não constituem apenas uma cultura nacional dentro da Europa, que são também parte de um internacionalismo pluricultural que partilha a mesma língua noutros continentes. Julgo que será esse o único modo de os portugueses serem europeus permanecendo culturalmente portugueses, sobrevivendo ao crescente mecanismo de globalização através de seu próprio internacionalismo. Mas isso também significa que chegou o tempo de os portugueses se libertarem de ressacas colonialistas e nacionalistas requentados, de se não quererem dominantes sem se recearem dominados, celebrando o facto de poderem exprimir-se numa língua sem donos nacionais.²³

Na aproximação dos povos lusófonos estaria o fortalecimento de um bloco cultural capaz de fazer frente às investidas da política externa norte-americana. Interessante lembrar de que as fronteiras múltiplas demandam uma complexidade no campo intelectual e simbólico com intervenções supranacionais diversas, como expressa Benjamin Abdala Júnior:

Num mundo de fronteiras múltiplas, torna-se politicamente indispensável ao pensamento crítico considerar essas associações comunitárias. Parece-nos que noções como centro e periferia continuam a ser ainda imprescindíveis. É evidente que se pode considerar uma periferia na cartografia do centro ou um centro na cartografia de países periféricos, mas é politicamente relevante enfatizar que, afinal, fronteiras múltiplas se interseccionam, configurando e situando, pela sinergia, formas alternativas de poder simbólico em territórios determinados, hegemônicos.²⁴

Para o professor, a territorialização em bloco seria uma estratégia defensiva dos países não-hegemônicos. Ao reunirem o disperso, estariam fortalecendo-se, criando assim uma espécie de resistência às novas formas de concentração do poder dos países hegemônicos.

²² MACEDO, Hélder. Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português. In: SANTOS, Pedro Brum (Org.). **Literatura portuguesa e pós-colonialismo: produção, recepção e cultura**. Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Letras – UFSM, n. 23, jul./dez. 2001, p. 11-16.

²³ MACEDO, Hélder. Sociedade pós-moderna..., *cit.*, p. 16.

²⁴ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Globalização e identidade, *cit.*, p. 129.

São essas as perspectivas políticas que Benjamin Abdala Júnior propõe aos países de língua portuguesa. No tocante às fronteiras culturais, que relações seriam possíveis entre eles? A independência de Angola é recente, pesam ainda sobre muitos povos africanos os anos de colonização. Ainda nem bem se recuperaram dos traumas coloniais impostos à sua cultura e têm de se deparar com as mudanças decorrentes da globalização. Como articular o movimento de resgate identitário sem se distanciar dos acontecimentos que ocorrem numa velocidade estonteante?

Os angolanos, na busca de suas origens míticas como forma de unificação da nação, hão de considerar o hibridismo étnico que dá forma ao país. Angola, tanto quanto o Brasil, são países predominantemente mestiços. Partir dessa constatação é um bom caminho para o resgate cultural que tem de ser feito. No reconhecimento da mestiçagem não está implícita a retomada da visão unívoca que marcou o luso-tropicalismo²⁵; pelo contrário, há a intenção de aproximar a característica mestiça do conceito de criouldade, que sintetiza “a idéia de um hibridismo formado por pedaços de várias culturas que interagem entre si, mas também se repelem”²⁶.

Reconhecer o hibridismo como constituinte na formação do povo angolano é, de um lado, uma forma de conter os movimentos racistas e as políticas de valorização do paradigma da “raça branca”, e, do outro lado, a maneira potencialmente produtiva de abrir as fronteiras para dialogar com outras culturas. Na perspectiva da criouldade, os novos países alimentam-se, de modo “calibanesco”²⁷, da sua diversidade constituinte e do elemento externo, criando uma antropofagia ao estilo africano.

Diante da plasticidade do mundo moderno, em que as fronteiras culturais permeabilizam-se, não há como evitar a transformação das culturas nacionais. É

²⁵ Termo criado por Gilberto Freire, no qual estaria expressa a idéia de uma colonização portuguesa branda, em que haveria convivência harmônica entre o colonizador e o colonizado. Esse termo foi empregado pela primeira vez em novembro de 1951 numa conferência em Goa, mas a idéia já estava implícita (FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global, [1933] 2003).

²⁶ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Apresentação, *cit.*, p. 21.

²⁷ Termo derivado de calibanismo, anagrama de canibalismo, corresponde à antropofagia (*Loc. cit.*).

como uma imensa metamorfose, que vem criar novas identidades. Nas palavras de Glissant, o mundo criou-se.²⁸

Na aproximação das culturas, torna-se importante estar atento para não cair nos estereótipos. Em visões limitadoras e imobilizantes, a África seria um continente exótico habitado por selvagens que se destroem em guerras entre si. Em parte, é essa a visão que muitos europeus têm da África, mormente a que está retratada no romance *Boa tarde às coisas aqui em baixo*. Essa idéia expressa sobretudo uma permanência do olhar do europeu colonizador.

O campo da literatura parece-nos fértil para tal proposta. Para Abdala Júnior, “esses campos de poder simbólico, ao atravessarem fronteiras, aproximam grupos criando um recorte espaço-temporal próprio, configurando um *continuum* de forças.”²⁹ Quer-se dizer que, ao escolher Angola como o *locus* de sua narrativa, Lobo Antunes não só apenas apresenta o olhar do colonizador para uma futura conversão, como, de certa forma, busca uma aproximação dialógica entre Portugal e África.

Nas escolhas que Lobo Antunes faz em seus romances, sobretudo no que concerne ao espaço ficcional angolano, pode-se verificar uma tentativa de intercâmbio literário. A recuperação das imagens do que restou em Angola após a descolonização é uma forma de estabelecer um contato renovado entre os dois países, não mais pela ótica de uma literatura que enaltecia a cultura do colonizador, mas através de um discurso literário que coloca os dois países num mesmo plano discursivo. Trazer a temática dessa guerra para a literatura aproxima os dois países pelos sofrimentos que compartilharam, cada um a seu modo. Afinal, tanto Portugal quanto Angola são países que saíram extremamente fragilizados dos treze anos de guerra pela descolonização.

Outra estratégia de aproximação sugerida por Abdala Júnior seria a circulação de autores africanos em meio à intelectualidade portuguesa. São exemplos Pepetela, Luandino Vieira e Craveirinha, já agraciados com o Prêmio Camões. Sem entrar em maiores querelas sobre as premiações, pretende-se destacar aqui a natureza do prêmio, que, ao se destinar a escritores de língua portuguesa, procura distinguir uma literatura que abarca os interesses da

²⁸ *Apud* ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Apresentação, *cit.*, p. 21.

²⁹ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Apresentação, *cit.*, p. 24.

lusofonia. Essa característica aponta para o comunitarismo cultural defendido pelo professor da USP.

Dando continuidade às suas sugestões de aproximação entre os países lusófonos, sobretudo no que diz respeito à relação Brasil–Portugal, Abdala Júnior propõe, além da circulação de autores brasileiros em Portugal e vice-versa, a divulgação desses autores nos meios de comunicação de massa, como a televisão, entre outros. A abrangência desse recurso tecnológico, que atinge milhões de espectadores em segundos, contribui para desmistificar os estereótipos e ampliar o diálogo pretendido. Como exemplo, o professor refere-se aos romances portugueses que geraram minisséries brasileiras, como *O primo Basílio* e *Os Maias*, do escritor Eça de Queirós. Se, por um lado, muitos romances portugueses podem ser adaptados para televisão, por outro lado, é conhecido o sucesso que novelas brasileiras obtiveram em Portugal. Esse tipo de intercâmbio também pode ser seguido pelos países afrolusófonos.

Mediante um hibridismo cultural inquestionável, outra vertente é a apresentada pelo crítico literário Silviano Santiago. Ele sugere que os escritores das ex-colônias façam frente à civilização ocidental através da destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza, podendo ser feita quando da assimilação crítica e antropofágica da cultura metropolitana. Utilizando-se do conceito de entre-lugar, no qual se fundem assimilação e resistência, Silviano propõe um movimento inverso ao transplante cultural imposto pelo colonizador, fazendo com que o escritor transgrida em lugar de copiar o modelo. Nesse contexto inserem-se alguns escritores angolanos, que, ao fazerem o inventário da vida africana, libertam-na da visão folclorista e exótica pela qual é vista.

Ao traçar a singularidade do povo africano, os escritores angolanos não só contribuem para a compreensão e definição de uma identidade através da introspecção, como também veiculam um diálogo com a realidade externa capaz de afirmar e compreender sua diversidade cultural.

Os ex-colonizados africanos, após a independência, confrontam-se com questões revisionistas acerca de sua nacionalidade e identidade cultural; de maneira diferente, isso também se impõe ao cidadão português. Ambos revisitam seus territórios, os angolanos na perspectiva de construção de um Estado e os

portugueses tentando se desfazer das heranças de perpetuação desse território ampliado.

Na busca de instituir uma forma de governo expressa pelo Estado-Nação, os escritores angolanos, como Pepetela, investem no sonho, buscando na utopia a força propulsora capaz de promover novos horizontes. Retomam os ideais românticos de identidade nacional pela via da esquerda. Por outro lado, os escritores portugueses contemporâneos exorcizam o messianismo português, de maneira a convertê-lo em afirmação da identidade.

Abdala Júnior, ao advogar a relação entre literatura e nacionalidade, possibilita aventar certa aproximação entre escritores portugueses e angolanos. Ambos imaginam a nação não mais como uma entidade política, e sim numa dimensão discursiva, simbólica, lugar das representações culturais, na linha das comunidades imaginadas proposta por Benedict Anderson. Os angolanos o fazem regressando às origens e os portugueses, desmistificando o passado. Nessa retomada histórica, os escritores contemporâneos, de ênfase no social, atravessam as fronteiras do Estado-Nação. Ao superarem o olhar vigilante do Estado Colonial para um olhar endereçado ao Estado em geral, propiciam o surgimento de relações solidárias mais abrangentes. Nesse movimento, articulam dialeticamente os valores locais aos supranacionais.

No diálogo instaurado pelo comunitarismo cultural proposto por Abdala Júnior percebe-se uma tendência de fortalecer o multiculturalismo, servindo ele como um instrumento para unir os países lusófonos e ao mesmo tempo reverter a visão negativa que os ex-colonizados mantêm sobre o hibridismo. Nesse sentido, afirma Rafael Rossoto Ioris:

Embasadas na discussão entre liberais e comunitaristas, as propostas multiculturalistas visam instaurar meios democráticos de resolução de conflitos que levem em consideração, ao mesmo tempo, o respeito à diversidade e à identidade de cada grupo, e à coesão da sociedade mais ampla por meio da promoção de um senso de identidade partilhada que possa abranger todas as identidades envolvidas.³⁰

³⁰ IORIS, Rafael Rossoto. **Culturas em choque: a globalização e os desafios para a convivência multicultural**. São Paulo: Annabluma, 2007, p. 32.

Criando-se assim um paradigma que se nutre de formas variantes, com essas variantes vem o específico de cada país, fazendo com que o paradigma seja ao mesmo tempo regional e nacional.

É interessante observar que a circulação da cultura entre os países de língua portuguesa nem sempre ocorreu através da imposição governamental. De modo geral, as pessoas transitavam entre esses países, fosse de maneira livre ou forçada, e nesse trafegar levavam em suas bagagens as suas idiossincrasias, os seus pertences de estimação, o seu jeito de ser e de agir em casa ou na rua. Com isso, a circulação cultural é um fator que independe de políticas arbitrárias. Sujeitos mesclam-se, fundem-se e imbricam-se de modo autônomo, bastando apenas usufruírem do seu direito de ir e vir.

Recorre-se mais uma vez a Benjamin Abdala Júnior para pensar a autonomia da circularidade cultural. Ele cita o *lundum*, que chegou ao Brasil por intermédio dos escravos angolanos, influenciou vários ritmos – como a modinha, também levada para Portugal por poetas –, motivou o aparecimento do fado e, ao chegar a Cabo Verde, retornou à África, propiciando a eclosão da *morna*. Essa expressão musical, atualmente representada pela cantora cabo-verdiana Cesárea Évora, pode ser considerada um produto cultural da globalização. Contudo, ela se efetiva como diferença não apenas por pertencer a um país determinado, mas também pela relação originária que mantém com vários países de língua portuguesa.

De acordo com Abdala Júnior, a circulação cultural deverá acontecer sem novo imperialismo ou colonialismo. Ocorrendo, nas palavras do professor, da seguinte forma:

Sem determinação de perspectivas imperiais ou neocoloniais, a circulação cultural entre os países de língua portuguesa efetiva-se pelas periferias, com articulações em que o sentimento de nacionalidade (parentesco) tende a ultrapassar particularismos regionais ou nacionais.³¹

Com a circulação do *lundum*, fica evidente a interação cultural que pode haver entre os países de língua portuguesa. Abdala Júnior sugere a exploração desses laços para realçar os estudos dentro da “bacia cultural” que esses países formam. Para ele, o reatar desses laços implica outra perspectiva, que não é a via

³¹ ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Globalização e identidade, *cit.*, p. 145.

colonial, mas se traduz na proposta do comunitarismo lusófono. Reimaginar a nação faz parte dessa proposta, como ele mesmo diz:

Faz parte desse sonho reimaginar a nação sob medida social, uma imagem comunitária que se estende o sentimento de parentesco para além das fronteiras – sempre – coercitivas do Estado.³²

Imperialismo à parte, a literatura surge desde tempos remotos como um espaço capaz de viabilizar os anseios de união entre os países lusófonos. Na obra de Fernando Pessoa esse desejo é explícito, atenta-se para o poema “Mar Português”, em cujos versos o poeta deixa transparecer a vontade de que houvesse a união entre Portugal e suas colônias: “Deus quis que a terra fosse toda uma / que o mar unisse, já não separasse.”³³ É claro que a união proposta por Pessoa tem por princípio o ideário imperialista, mas isso não exclui a intenção.

Tomando por base as assertivas de Abdala Júnior, pode-se levantar a hipótese de que há, na narrativa dos romances estudados para esta dissertação, um aspecto implícito que aponta para a circulação cultural. Lobo Antunes, ao repensar a nação portuguesa, o faz dialogando com Angola, privilegiando e particularizando uma relação supranacional; Pepetela, de forma semelhante, resgata suas tradições sem o tom ressentido e melancólico, expressando o olhar para o futuro numa perspectiva plural. Os dois escritores utilizam suas raízes como moeda de troca local, individual e cultural, para (re)criarem realidades ficcionais a partir de referências concretas. A ótica plural, impressa nas narrativas, faz deles escritores transnacionais. Nessa porosidade da literatura, Abdala Júnior antevê uma subversão das posturas antitéticas do que “vem de fora” ao que “vem de dentro”, antecipando as configurações traçadas pela política de distensão às fronteiras fixas.

Entretanto, não se pode ingenuamente considerar que esse comunitarismo dar-se-á sem conflitos. A forma de colonização que Portugal imprimiu em Angola deixou marcas profundas e difíceis de serem superadas. Seguramente, não foi branda nem harmoniosa, como defende Gilberto Freire em seu luso-tropicalismo. Na verdade, há na realidade africana uma complexidade que impede de se fazer

³² *Loc. cit.*

³³ PESSOA, Fernando. Mar português. In: _____. **Mensagem**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 39.

com clareza a distinção entre os europeus e os africanos, visto que se confrontam sob o mesmo guarda-chuva da nacionalidade. Não se pode esquecer de que os descendentes dos europeus que nascem na África se identificam como angolanos ou moçambicanos, por exemplo, apresentando o sentimento de pertencerem ao país onde nasceram. As identidades pós-independência, por serem resultantes de misturas conflitantes, são bem mais problemáticas do que aquelas oriundas de uma mescla migratória voluntária. As identidades nesses países não são homogêneas; uma gama de interferências interpõe-se ao sujeito, fazendo-o sentir-se fragmentado.

Se a colonização corroborou o quadro acima, é inegável, também, que esse mesmo tipo de colonização perversa preservou vasto conjunto de elementos lingüísticos e culturais, possibilitando um discurso de aproximação e cooperação entre os povos lusófonos. Nesse momento, antes de se concluir este capítulo, é oportuno citar Alberto da Costa e Silva:

Ao tomar a língua e a história comuns para sobre elas fundar e legitimar uma comunidade de nações, não se deve, pois, esquecer que essa língua e essa história estão impregnadas de violência. E deve-se ter sempre presente que com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não se aspira a recosturar o antigo império. Ainda que a evocar tudo aquilo que, apesar das mágoas e dos ressentimentos, tomou força suficiente para nos fazer próximos, temos de levantar a CPLP sobre a aceitação das responsabilidades que os dois parceiros incomparavelmente mais prósperos, Brasil e Portugal, deveriam passar a ter em relação a angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e timorenses, que, talvez mais do que nós, sofreram e ainda sofrem essa história.³⁴

Contrapondo-se à literatura colonial, que tinha no branco europeu o eixo central da narrativa, o início da literatura africana é marcado por forte tendência de reafirmação da negritude. Passados os anos da euforia pela independência, o olhar introspectivo direciona-se, também, para um diálogo externo. Encontra-se esse movimento no romance *Mayombe*, de Pepetela cuja narrativa plena de diálogos, sugere um possível destinatário que não se encontra na trama. Se a tônica de Pepetela é a formação da identidade nacional, com essa narrativa de perfil dialógico o escritor abre a possibilidade de que a construção dessa identidade ocorra mediada pela conversação com outrem, criando assim uma perspectiva plural para a literatura africana de matriz angolana, que, ao superar o

³⁴ SILVA, Alberto da Costa. A propósito da comunidade de países de Língua Portuguesa. *In*: _____. **Das mãos do oleiro: aproximações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 197.

olhar regional (local), caminha em direção a um contexto universal. Ao pisar nesse terreno, ela se transforma num instrumento capaz de fomentar o comunitarismo cultural proposto por Benjamin Abdala Júnior.

Porém, esse é um longo percurso a ser superado. É importante observar que Angola é um país novo, sua independência data de 1975, e é natural que os escritores angolanos estejam imbuídos pelo mesmo fervor que marcou os escritores românticos, buscando definir uma identidade para si mesmos. Entretanto, isso não invalida estarem os escritores angolanos com os olhos abertos para os percalços da globalização e, dentro desse contexto, terem o cuidado de não serem engolidos pelo novo imperialismo que os norte-americanos praticam nessa nova etapa do capitalismo mundial. Sendo assim, é interessante buscar o intercâmbio cultural com os países lusófonos para a reafirmação em bloco contra a hegemonia.

Do outro lado do oceano, a situação não é muito diferente. Portugal tem de regressar à Europa. Sua entrada na Comunidade Européia criou a expectativa de tirar o país do atraso e do isolamento construídos pela ditadura salazarista. O ingresso de Portugal na União Européia resultou em significativa modernização da sociedade e em novos desafios aos portugueses. Um dos desafios mais importantes é o da conciliação de sua identidade nacional com sua natureza européia. Com a descolonização, os olhos dos portugueses saem do mar e voltam-se para a terra. Contudo, eles não se desprendem totalmente de suas *crias* – para se utilizar a idéia de parentesco entre Portugal e suas ex-colônias. Assim, os portugueses ficaram divididos entre abraçar o sonho europeu de uma comunidade de paz ou embarcar na canoa de Benjamin Abdala Júnior, engrossando o comunitarismo cultural, e assim, reconhecendo o diálogo com o Brasil e a África lusófona.

Essa indecisão não significa que tais propostas sejam excludentes, mas, num contexto de globalização neoliberal, em que a Europa também se sente ameaçada pelo poderio norte-americano, aproximar Portugal dos países lusófonos poderia ser uma saída viável frente ao enfraquecimento dos Estados-Nações. Numa crescente homogeneização da economia mundial, em que o inglês aparece como uma língua hegemônica, os países de língua portuguesa podem fazer a

diferença. Diz Alberto da Costa e Silva: “De instrumento de dominação colonialista, o português se foi tornando num instrumento de coesão nacional.”³⁵**3**

³⁵ SILVA, Alberto da Costa. A propósito da comunidade de países de Língua Portuguesa, *cit.*, p. 197.